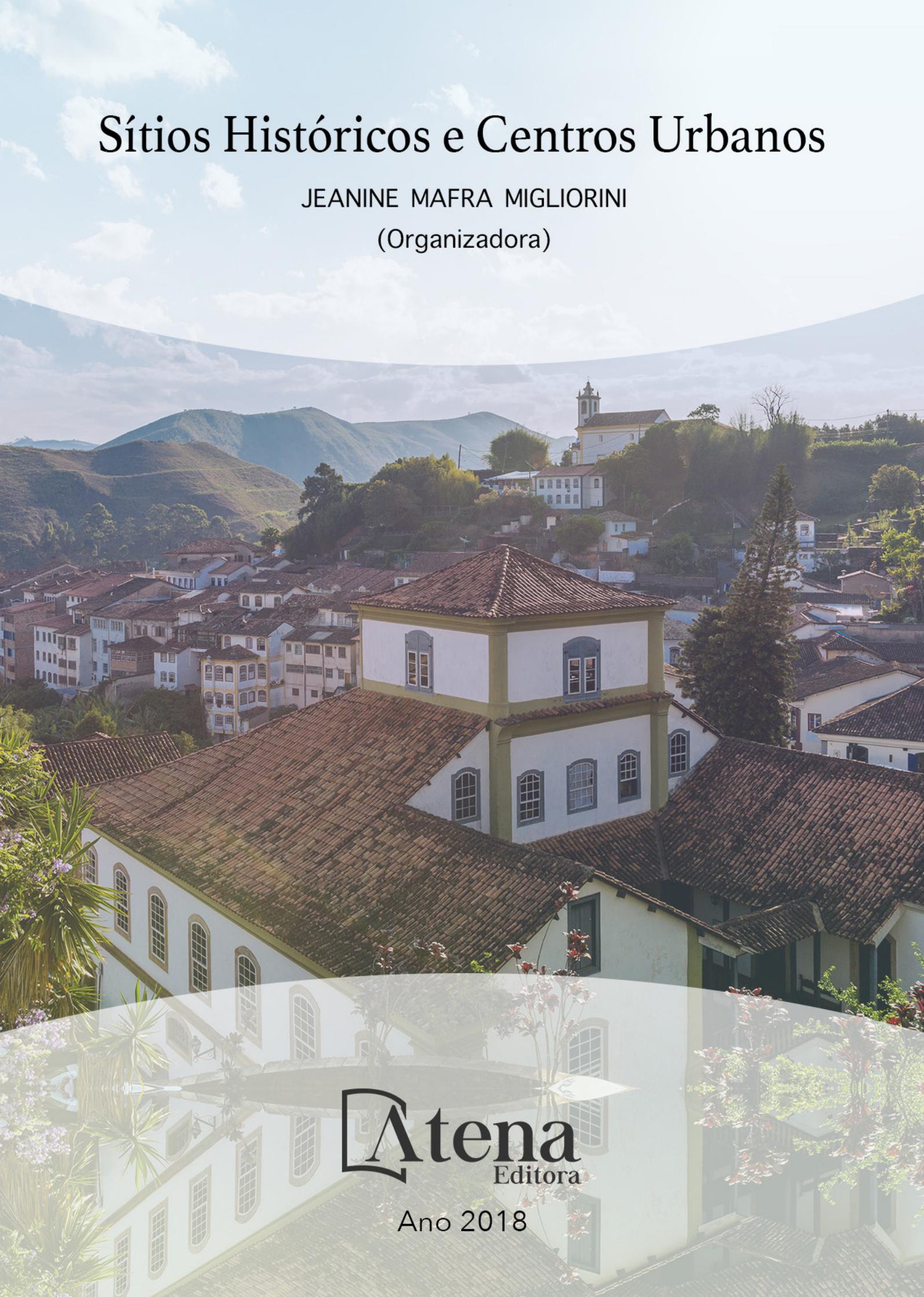


Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Troncoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR

Paulo José Lisboa Nobre

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Departamento de Arquitetura. Natal – RN.

Isaías da Silva Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Departamento de Engenharia Civil. Natal – RN.

RESUMO: As Praças Históricas de Natal apresentam acelerado processo de descaracterização, embora inseridas no “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal”, tombado em 2014 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O processo de salvaguarda iniciou em 2008, reconhecendo marcos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos nos bairros da Cidade Alta e Ribeira, os mais antigos da cidade. No entanto, para que esse conjunto se torne de fato um patrimônio, é necessário que os habitantes o reconheçam e desenvolvam um sentimento de pertencimento. Assim, é fundamental informar a população, chamando atenção para a necessidade de preservar a ambiência e atributos paisagísticos do conjunto tombado. Esta ideia motivou a pesquisa “Paisagens da Memória: em busca do passado nos jardins natalenses”, desenvolvida no Departamento de Arquitetura da UFRN entre 2013 e 2016. Este artigo resulta do esforço dos pesquisadores para a divulgação do material

produzido na pesquisa, um inventário que registra as transformações ocorridas nesses locais e reconstrói em realidade virtual os vários aspectos desse Conjunto ao longo do tempo. Para tanto, foi construído um sítio eletrônico na rede mundial de computadores internet, que permite divulgar o acervo e incorporar novos dados. Assim, se pretende informar a população sobre o passado e o presente, principalmente dos espaços livres inseridos no conjunto tombado, bem como abrir um canal de comunicação com os visitantes, pesquisadores e demais interessados. A realidade virtual permite mergulhar na história e favorece a preservação da memória urbana, o que pode significar uma oportunidade a mais dos bens patrimoniais serem preservados.

PALAVRAS-CHAVE: Tombamento; Educação Patrimonial; Realidade Virtual.

ABSTRACT: The Historical Squares of Natal present an accelerated process of decharacterization, although inserted in the “Architectural, Urban and Landscape Set of Natal”, registered in 2014 by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). The safeguard process began in 2008, recognizing architectural, urban and landscape landmarks in the upper and lower parts of Cidade Alta and Ribeira neighborhoods. However, for this group to become in fact an

asset, it is necessary that the inhabitants recognize it and develop a sense of belonging. So, it is fundamental to inform the population, calling attention to the need to preserve the ambience and landscape attributes of the listed structure. This idea motivated the research “Landscapes of Memory: searching for the past in natal gardens”, developed in the Department of Architecture of UFRN between 2013 and 2016. This article results from the researcher’s efforts to disseminate the material produced in the research, an inventory that register the transformations occurring in these places and reconstructs in virtual reality the various aspects of this set along the time. In order, an electronic website has been built on the worldwide internet computer network, which allows the dissemination of the collection and the incorporation of new data. This way this work aims to inform the population about the past and the present, especially of the free spaces inserted in the listed set, as well as open a channel of communication with visitors, researchers and other interested people. Virtual reality allows us to immerse ourselves in history and favors the preservation of urban memory, which can mean an additional opportunity for patrimonial assets to be preserved.

KEY WORDS: Preservation; Patrimonial Education; Virtual Reality.

1 | INTRODUÇÃO

O título deste artigo – Paisagens da Memória, remete ao fato de que, no meio urbano, as marcas do passado são apagadas continuamente, num processo constante de transformação inerente às demandas sociais crescentes. Atualmente, com a ampliação da noção de patrimônio cultural, se faz necessário implementar programas de educação patrimonial e informar a população sobre a necessidade de preservar a memória de épocas passadas.

Um caminho possível é proteger a ambiência das áreas históricas, não apenas os edifícios e monumentos, mas também as praças e jardins públicos, que se destacam como elementos importantes, uma vez que são palcos privilegiados do cotidiano das cidades e seus cidadãos. No entanto, no que se refere mais especificamente aos jardins públicos, estes espaços têm pouca permanência no tempo, pois os equipamentos públicos requerem constante manutenção, enquanto que o trato com a vegetação requer cuidados e conhecimentos adequados, sem os quais a composição paisagística resulta em formas perecíveis e fugazes.

No caso do Centro Histórico de Natal, as praças e os demais espaços livres apresentam lamentável estado de conservação e acelerado processo de descaracterização, embora inseridos no “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal”, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os estudos para o tombamento tiveram início em 2008, sendo a proteção definitivamente instituída em 2014, através da Portaria nº 72 (BRASIL, 2014). O reconhecimento de valores materiais e imateriais foi um passo importante para a preservação da memória e da identidade local, porém, ao observar o estado atual

de conservação desses espaços livres e suas relações com a paisagem, é possível notar que o tombamento não foi suficiente para evitar a degradação e o esquecimento desses bens patrimoniais.

No momento que se procede ao tombamento de um conjunto urbano pelo IPHAN, este se torna patrimônio histórico, artístico e cultural nacional. No entanto, para esse conjunto se torne de fato um patrimônio, é necessário que os habitantes o reconheçam como tal e desenvolva o sentimento de pertencimento.

Apesar do Tombamento a situação é preocupante, a sensação de quem caminha pelas ruas e praças do Centro Histórico é de total abandono. A legislação avançou ao reconhecer o valor patrimonial dessa área da cidade, porém não tem sido suficiente para garantir sua proteção e evitar a perda da identidade. Falta fiscalização e regulamentação, para que seja possível disciplinar o uso e a gestão dos bens tombados.



Figura 01: Denúncia em Jornal Local, um ano após o Tombamento.

Fonte: O Jornal de Hoje, 26/02/2015.

Diante desse contexto, buscamos contribuir para a sobrevivência da memória das nossas Praças Históricas, divulgando, através da criação e manutenção de um sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Departamento de Arquitetura da UFRN, no período de 2013 a 2016. O principal objetivo deste projeto é contribuir para a preservação do patrimônio cultural e da história urbana de Natal. O material disponibilizado no referido sítio eletrônico consiste no inventário das Praças Históricas localizadas no Centro Histórico de Natal, mais especificamente aquelas inseridas no Conjunto tombado pelo IPHAN.

Pretende-se assim buscar outras formas de preservação do patrimônio cultural

e da memória. Para tanto, divulgamos o acervo referente a esses locais, textual e gráfico, composto tanto por fotografias e similares quanto por imagens produzidas em realidade virtual, que representam as modificações mais significativas ocorridas nesses espaços ao longo do tempo. Esse recurso possibilita vivenciar o passado, experimentar sensações e melhor compreender as relações estabelecidas no processo de construção da paisagem cultural, uma vez que aqueles lugares sofreram drásticas intervenções espaciais ao longo do tempo. Tendo em vista que a cidade de Natal não reconhece nem preserva as suas Praças Históricas, a reconstituição virtual do passado, utilizando *softwares* de modelagem 3D, se constitui num instrumento importante para chamar a atenção sobre a descaracterização desses espaços na atualidade.

Lançando mão desse importante recurso didático, procura-se resgatar do esquecimento e alertar a população sobre a importância desses lugares na memória da cidade; assim como apontar aos gestores novos caminhos para a gestão das áreas históricas da cidade, de forma a evitar futuras descaracterizações. Assim, pretende-se contribuir para que esse patrimônio seja preservado para além do Tombamento, respeitando os seus atributos paisagísticos e a ambiência histórica.

2 | AS PRAÇAS HISTÓRICAS DE NATAL

Em sua *Acta Diurna*, crônica publicada no Diário de Natal em 10 de junho de 1949, o historiador Luís da Câmara Cascudo definia Natal como uma “Cidade Sempre Nova”. O célebre autor explicava que, por serem construídas com materiais pouco duráveis, as construções da cidade foram se “derruindo” e Natal foi desaparecendo na sua fisionomia antiga. Em seguida acrescenta que do ponto de vista moderno esse desgaste foi um benefício:

Natal é uma cidade sempre nova, sem casario triste e sujo, sem os sobradões lúgubres que ainda o Recife é obrigado a manter. Cidade pequena e pobre teve a recompensa da sua pequenez e humildade, não dando problemas maiores aos seus futuros administradores (CASCUDO, 1949).

Essa ideia de que o novo é sempre melhor, essa paixão pelo que é moderno, parece explicar o destino das nossas Praças Históricas, que foram refeitas sucessivamente ao longo dos anos. Constata-se que as praças de Natal sofreram diversas alterações morfológicas, principalmente em seu traçado. É possível supor que esse é o resultado de uma busca constante pela renovação urbana, empreendida pelos gestores municipais sem levar em conta valores históricos e culturais.

Ademais, o século XX em Natal trouxe uma nova relação das pessoas com o espaço público. É um período em que os desejos das elites eram mudar a fisionomia da cidade, o que acabou acontecendo, mesmo que de maneira tímida. Para Marcia Marinho (2011), os espaços urbanos podem ser lidos como a expressão dos anseios das elites de construir uma imagem da modernidade para a cidade e para si própria.

Esta é uma das dificuldades que se impõem para a preservação da memória

urbana, no que se referem às citadas praças. Uma vez que os espaços livres e jardins públicos do Centro Histórico se encontram em lastimável estado de conservação, a população e os visitantes não se sentem atraídos nem se identificam com esses locais, que transmitem uma sensação de abandono e insegurança. Portanto, se faz necessário divulgar o passado esquecido desses espaços e ressaltar sua importância no cotidiano da cidade.



Figura 02: Material de Campanha Política.

Fonte: Folder (distribuição gratuita).

A denominação “Praça Histórica” foi adotada pelo IPHAN/RN ainda no Estudo de Tombamento do Centro Histórico de Natal (2008), o termo designa um local destinado ao lazer e ao convívio da população, mas que carrega um significado histórico para a evolução da cidade. No Centro Histórico de Natal, a mais importante é a Praça André de Albuquerque, local de fundação da cidade, ocorrida em 1599, segundo o livro “História da Cidade do Natal” (CASCUDO, 1980), além de ser o lugar em que se localizou o Pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia (demolida em 1911).

O caráter simbólico da Praça é reforçado pelo fato de que em seu entorno se concentram edifícios de grande representatividade histórica e patrimonial, tais como a Igreja Matriz, o antigo Palácio do Governo (atual Pinacoteca do Estado) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A história dessa praça, assim como das outras Praças Históricas de Natal, tem como característica principal o seu constante redesenho, o que dificulta o entendimento do valor patrimonial contido nesses espaços.



Figura 03 – Localização das Praças Históricas estudadas.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Segundo Leonardo Castriota (2009), ao falarmos de patrimônio cultural, estamos apontando para um conjunto muito mais amplo, que inclui nossa cultura e herança coletiva, estamos indicando um sujeito coletivo. Para o autor, o patrimônio cristaliza em suas manifestações as especialidades de uma cultura, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver. Portanto, o que se considera patrimônio cultural de um povo não vai ser algo dado, mas sempre o produto de uma escolha – a escolha do que é significativo para aquele povo, nunca se deve esquecer que vão ser os valores atribuídos às coisas e lugares que vão dar-lhes significado e transformá-los em patrimônio.

No entanto, o processo ocorrido no Centro Histórico de Natal, visando a salvaguarda desses bens, se deu de forma diferenciada do que tem ocorrido em outras cidades, pois o tombamento precedeu a realização de inventários. Tal constatação toma como exemplo a cidade de Recife (PE), na qual o procedimento para o tombamento dos Jardins Históricos projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx teve como ponto de partida a realização de inventários. Diante disso, atribui-se a esse fato algumas dificuldades que se impõem para a preservação dos bens protegidos. Uma vez que não há registros precisos sobre a configuração morfológica e o estado de conservação das praças, espaços livres e jardins públicos na ocasião do tombamento.

Nesse sentido, Marília Rangel Machado (2009), explica que o tombamento é o

instrumento jurídico para a proteção dos bens culturais de natureza material, enquanto que o inventário é um instrumento de proteção dos bens culturais de qualquer natureza, que pode ter como finalidade subsidiar as ações de educação patrimonial e as políticas públicas de preservação; divulgar e valorizar o patrimônio cultural; e mobilizar e apoiar a sociedade civil. A autora acrescenta ainda que dar publicidade ao inventário é etapa importante para alcançar a proteção do bem cultural inventariado.

Estas ideias ajudaram a entender a necessidade de proceder ao inventário, bem como da urgência em divulgar os dados coletados e os resultados desse trabalho. Assim, surgiu a pretensão de proceder a uma ação de Educação Patrimonial, tendo em conta as discussões que se desenvolvem em torno desse tema, pois sem as quais de nada adianta o tombamento, uma vez que a preservação da memória não se faz por força da lei.

Para Átila Tolentino (2008), a ideia de que é preciso conhecer para preservar é uma falácia da Educação Patrimonial. Segundo o autor, propagou-se a máxima de que é preciso conhecer para preservar, mas conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais, é necessário mais que conhecer para preservar. Tolentino afirma ainda que a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica e, a partir dessa reflexão, buscar a transformação da realidade. Nesse sentido, apontam-se as seguintes ações como exemplo:

- Construir junto com a comunidade o entendimento e o reconhecimento do patrimônio cultural compreendido no Centro Histórico de Natal;
- Criar possibilidades para o diálogo e a troca de informações sobre os bens culturais, abrindo um canal de negociação que possa, ao mesmo tempo, alimentar e complementar a base de dados e melhor entender o lugar, ouvir a voz dos seus usuários, suas necessidades e conflitos;
- Difundir os dados produzidos pelo estudo: inventários, reconstituição do passado em realidade virtual, acervo de fotos e material gráfico, projetos, etc. buscando o conhecimento como alternativa para a preservação dos bens culturais;
- Fortalecer a noção de pertencimento ao lugar, buscando identificar a real comunidade usuária e apontando possibilidades para seu envolvimento nas ações de preservação.

Assim, pretende-se aplicar ao projeto entendimentos e concepções mais abrangentes da Educação patrimonial.

3 | DA PESQUISA À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Projeto Paisagens da Memória teve início como atividade de pesquisa (2013-2016), passando a ser uma ação de extensão universitária em 2017. Dedicou-se ao estudo das Praças Históricas de Natal, inseridas no Conjunto tombado pelo IPHAN, e pretende chamar a atenção para a importância desses lugares, inventariando e

reconstruindo o passado através da Realidade Virtual. Como foi dito anteriormente, tendo em conta o constante processo de transformação urbana, é preciso proteger as marcas do passado e a ambiência das áreas históricas, não apenas os edifícios e monumentos, mas também as praças, os jardins públicos e suas relações com a paisagem. Para preservar esse patrimônio é fundamental o apoio da população, que deve reconhecê-lo e dele se apropriar.

Portanto, o projeto procura contribuir para informar sobre a memória dessa parte da cidade de Natal, chamando atenção para a necessidade de preservar seus atributos paisagísticos. Esta ideia vem sendo posta em prática desde 2013, quando foi iniciado o inventário, que coletou e produziu um acervo de dados ainda inédito. A construção de um sítio na internet se mostrou como o meio mais eficiente para a divulgação de todo o material produzido, incluindo as imagens em realidade virtual, que procuram reconstruir os vários aspectos morfológicos que alguns desses espaços livres experimentaram ao longo do tempo.

As ações do projeto promovem o acesso a um patrimônio arquitetônico e urbanístico que é testemunho da produção de espaços urbanos para o uso e convívio na cidade, como um meio de guardar a memória destes locais. O projeto se justifica pela importância histórica, documental e acadêmica do recorte em estudo e se alinha com o Plano de Cultura da UFRN, no âmbito do Programa Mais Cultura nas Universidades, que objetiva “fortalecer, criar e implementar diretrizes, metas e ações acadêmicas no campo das artes e cultura na UFRN, de modo a incluir, respeitar e fortalecer a diversidade cultural potiguar, nordestina (PLANO DE CULTURA DA UFRN, 2015). Desta maneira, além do envolvimento do projeto com a cultural local adiciona-se o seu caráter preservacionista, contribuindo também como fonte acadêmica para o ensino, a pesquisa e extensão universitária.

Para melhor compreender a função das praças na dinâmica da evolução urbana é fundamental o estudo de autores que, ao pensarem a historiografia de Natal, dedicaram atenção ao seu sistema de espaços livres público. O desenvolvimento da pesquisa também permitiu uma compreensão mais abrangente do Paisagismo e sua história a partir das Cartas Patrimoniais da UNESCO e do IPHAN, especialmente a Carta de Florença (ICOMOS, 1982), documento que rege o tombamento e a conservação dos Jardins Históricos, definindo-os como objetos artísticos e assegurando sua preservação. Outra referência importante é o Manual de Intervenção em Jardins Históricos (DELPHIN, 2005), editado pelo IPHAN com o apoio do Programa Monumenta, além de outros autores que discorrem sobre o paisagismo e a paisagem.

O inventário iniciou-se com a elaboração de linhas do tempo para cada praça, pontuando as mudanças sofridas ao longo do tempo, para que fosse possível a identificação de configurações morfológicas distintas. Essas fases representam as mudanças mais drásticas ocorridas em cada lugar, que também correspondem às mudanças políticas mais significativas registradas na historiografia local.



Figura 04 – Ficha de Inventário (recorte) da Praça André de Albuquerque.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

A partir daí, foi possível confeccionar maquetes virtuais, partindo de desenhos 2D elaborados no *software AutoCAD* e transformando-os em objetos 3D no *software Sketchup*, inserindo detalhes como as edificações lindas, monumentos e o mobiliário urbano. Ao final, utilizou-se o *software Lumion* para inserir a vegetação, bem como as texturas correspondentes de cada material. A construção do espaço em realidade virtual pode se referir a um objeto que já existiu e foi destruído, que desapareceu por alguma circunstância imprevista ou por aspectos de segurança ou modernização.

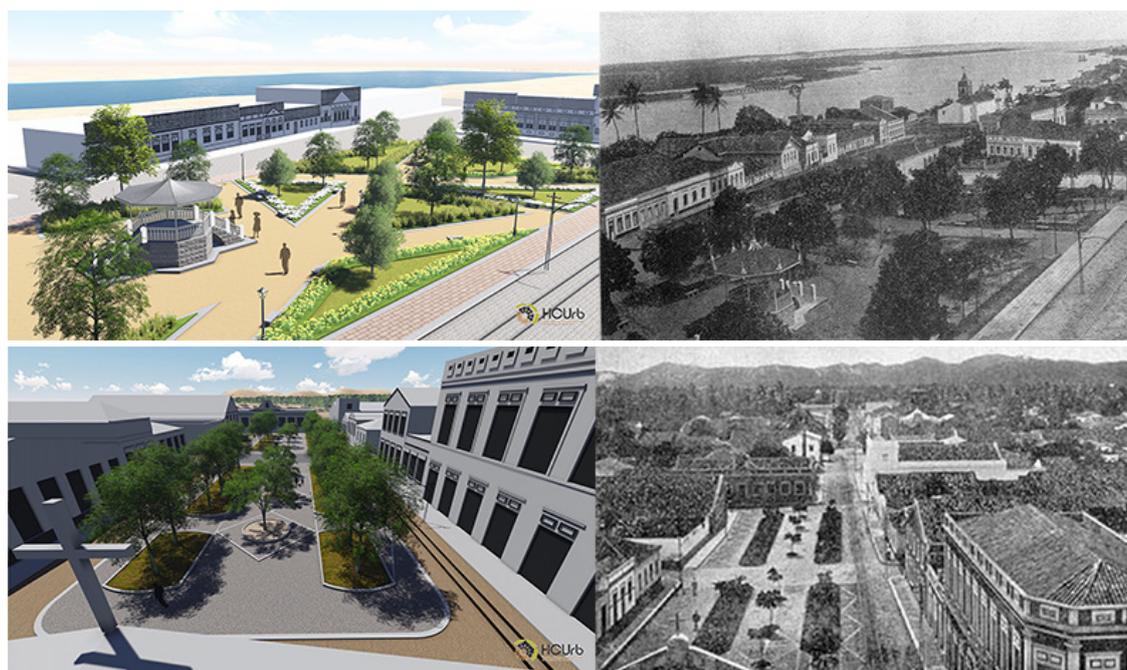


Figura 05 – Praças André de Albuquerque (acima) e Padre João Maria (abaixo) no início do séc. XX, em imagem digital (à esquerda) e Fotografia (à direita).

Fonte: Acervo da Pesquisa.

A divulgação dessa produção vai permitir aos usuários mergulhar na história do local, buscar dados históricos e cotidianos. Vale salientar que a realidade virtual é geradora de novos registros, permitindo uma imersão virtual nas sensações experimentadas no espaço recriado, bem como a manipulação volumétrica que favorece a sensibilização do usuário e, conseqüentemente, a preservação da memória urbana. A oportunidade que se tem de reconstruir virtualmente, em diversas épocas um bem patrimonial significa uma oportunidade a mais desse bem ser preservado. Esse é um aspecto positivo para o campo de pesquisa da história da arquitetura, especialmente do paisagismo.

Este é precisamente o maior interesse deste projeto, pois se espera que, à medida em que seja essa produção seja divulgada, cresça o interesse por esses espaços e que possa inspirar futuras restaurações. O Inventário compreende todo o processo da pesquisa, desde a revisão bibliográfica até a conclusão das maquetes virtuais. As Fichas de Inventário podem ser atualizadas conforme surjam novos elementos para o estudo, como o levantamento botânico da cobertura vegetal existente, além de outras informações que podem vir a ser compartilhadas pelos usuários a partir do diálogo que será estabelecido.

4 | INFORMAR PARA PRESERVAR

A rede mundial de computadores (internet) se apresenta como o meio mais eficaz para a divulgação e troca de informações, inclusive como ferramenta para a educação patrimonial, sendo este o caminho apontado para divulgar o inventário das Praças Históricas de Natal. Pretende-se assim buscar outras formas de preservação do patrimônio cultural e da memória da cidade, chamando a atenção da população para a importância desses lugares e para a necessidade de preservá-los, uma vez que está em curso um acelerado processo de deterioração, mesmo estando legalmente protegidos. Por outro lado, vale salientar que o acesso a essas informações se dará de forma discriminada e talvez não alcance a comunidade dos reais usuários, composta em grande parte de pessoas de baixo ou nenhum poder aquisitivo.



Figura 06: Identidade Visual do Sítio Eletrônico.

Fonte: <https://www.paisagensdamemoria.ct.ufrn.br>

No entanto, a criação de um sítio eletrônico na rede mundial de computadores, além de divulgar o acervo, poderá abrir um canal de comunicação com os usuários desses locais, pesquisadores e demais interessados no assunto. A proposta toma como referência experiências em curso em outras cidades, como o Projeto Memória João Pessoa – vinculado ao Laboratório de Pesquisa, Projeto e Memória e ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba – no qual o meio eletrônico vem sendo utilizado como ferramenta de educação patrimonial (SZILAGYI *et al*, 2011).

Nesse sentido, pretende-se também contribuir para a formação acadêmica no âmbito da extensão universitária na UFRN e contribuir para o aprofundamento do conhecimento multidisciplinar no campo do paisagismo e da computação gráfica, enfrentando os desafios inerentes à conservação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental, com interface no ensino e pesquisa no âmbito da graduação e pós-graduação. A aproximação com essa problemática favorece o entendimento das Praças como objetos artísticos e patrimoniais.

As tecnologias digitais, cada vez mais desenvolvidas no campo da arquitetura e urbanismo, se mostram como ferramentas importantes para a concepção do projeto, tornando-o mais rápido, detalhado e interativo. Lançando mão do didatismo desses recursos, pretende-se alertar a população e apontar novos caminhos para a administração das áreas patrimoniais da cidade, de forma a evitar futuras descaracterizações.

A preocupação em evitar novas descaracterizações no conjunto tombado se justifica no momento atual, quando a Secretaria Estadual do Turismo informa que iniciou obras de requalificação em onze praças de Natal. Dentre as praças contempladas

com verbas oriundas do PAC das Cidades Históricas, estão citadas as cinco Praças Históricas tombadas. No entanto, em nenhum momento tal fato é considerado, o que denota uma grande irresponsabilidade por parte dos gestores urbano, bem como uma total falta de interesse pela memória e cultura local.



Figura 07: Artigo sobre a Requalificação de Praças Históricas de Natal.

Fonte: NOVO Jornal, 15/06/2017.

O período de desenvolvimento da pesquisa foi marcado por diferentes fases complementares. A primeira foi constituída pela identificação das transformações morfológicas dos jardins históricos, categorização dessas informações em Fases e elaboração de uma linha do tempo, como já citado anteriormente. A fase seguinte foi marcada pela representação dessas informações em objetos 3D, sendo inseridos detalhes, como as edificações lindeiras, monumentos, o mobiliário urbano e a vegetação. A partir do processamento digital foi possível a captura de imagens e vídeos e, por fim, o posterior tratamento em edição visual.

É notável a possibilidade que o uso da realidade virtual proporciona para reconstruir um objeto que já existiu e foi destruído, que desapareceu por alguma circunstância imprevista ou por aspectos de modernização. Essas informações são dotadas de valor, tanto para compor um banco de dados que poderá vir a contribuir com outras pesquisas, como um meio de guardar a memória destes locais. A divulgação dessa produção, a partir da criação do sítio eletrônico (www.paisagensdamemoria.ct.ufrn) vai permitir aos usuários mergulhar na história do local e buscar dados históricos e cotidianos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado esperado, é que o Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal seja reconhecido pela população e assim seja possível evitar que os bens patrimoniais e culturais contidos no Centro Histórico de Natal, em especial as praças, continuem a sofrer depredações. Além disso, espera-se reverter a prática de intervenções sem critérios técnicos, mesmo que na forma de pequenas intervenções, como a pintura de monumentos, que acabaram por descaracterizar mais ainda o patrimônio em questão. Nesse sentido, espera-se contribuir para a elaboração de Regulamentação específica, capaz de facilitar a conservação dos bens tombados.

Espera-se também que os usuários do sítio eletrônico possam mergulhar na história do local, buscar e compartilhar as informações. Num cenário futuro mais favorável, uma vez reconhecida a importância desses espaços na história cotidiana da cidade, a população possa se interessar pela história e cultura local, assim contribuindo para a sua proteção.

Por fim, almeja-se que a divulgação do inventário das Praças Históricas de Natal possa contribuir para que esse conjunto se torne de fato um patrimônio, reconhecido pelos habitantes e favorecendo o sentimento de pertencimento. No âmbito da extensão universitário, espera-se que este projeto desperte o interesse de docentes e discentes, alimentando e gerando novas pesquisas e artigos científicos, contribuindo para outros estudos sobre objetos patrimoniais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria n.º 72**, de 16 de julho de 2014, Diário Oficial da União n.º 136. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/73210041/dou-secao-1-18-07-2014-pg-11/pdfView>.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Natal, cidade sempre nova**. Diário de Natal, 10 de junho de 1949. Disponível em: <http://actas.memoriaviva.com.br/2009/10/21/natal-cidade-sempre-nova/>, acesso em 31/01/2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza et al. **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p.41-47.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em Jardins Históricos: Manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Florença**. 1981. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>, acesso em: 01/02/2017.

MACHADO, Marília Rangel. O Tombamento e o Inventário como formas de acatamento. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza et al. **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p.49-55.

MARINHO, Márcia. **Natal Também Civiliza-se: Sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense**. Natal: EDUFRN, 2011.

SZILAGYI, Emmanuel B. Von; OLIVEIRA, Fernanda R; MONTEIRO, Gabriela P; MOURA FILHA, Maria Berthilde. Informando e brincando queremos preservar o patrimônio: uma ação de educação patrimonial para a cidade de João Pessoa. In: **III Fórum Mestres e Conselheiros**, 2011, Belo Horizonte. III Mestres e Conselheiros Anais. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: SANTOS, Maria C. T. M. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

UFRN. **Plano de Cultura da UFRN** / Edital Mais Cultura nas Universidades. PROEX/ NAC /UFRN. Natal. 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

